

TEORIA DO MEDALHÃO E SUA ATUALIDADE

Juracy Assmann Saraiva

Universidade Feevale

Isaque Gomes Correa

Universidade Feevale

Resumo: O artigo procede à análise de “Teoria do medalhão”, relacionando-o a textos de Aristóteles, de Kant e de Sérgio Buarque de Holanda. Ele contrapõe as figuras do medalhão e do homem cordial, que se igualam pela indiferença moral diante da vida e pelo jogo sustentado por aparências e superficialidades, e sugere que a criação machadiana condensa o Brasil em seus traços de dissimulação e silenciamento dos problemas sociais. Conclui que ambos os estereótipos proliferam na atualidade, ostentam títulos e preenchem as telas dos veículos de comunicação com o emprego de fórmulas verbais repetidas e de fácil apreensão, e ressalta que a visão irônica com que Machado representa a sociedade do século 19 se aplica à sociedade brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Teoria do medalhão; homem cordial; dissimulação; Brasil.

Abstract: The article analyzes “Theory of the medallion,” relating it to Aristotle’s, Kant’s, and Sérgio Buarque de Holanda’s writings. It compares the characters of the medallion and the cordial man, which equates by their moral indifference before life and by the game based on appearances and superficiality, and suggests that Machado’s short story condenses Brazil in its dissimulation and silencing of the country’s problems. We conclude that both stereotypes proliferate today, boast titles, and find themselves in the media using repeated and easy-to-grasp verbal formulas and we highlight the ironic view with which Machado represents the 19th-century society is applied to the present Brazilian society.

Keywords: Theory of the medallion; cordial man; dissimulation; Brazil.

Lição sobre effigies humanas

O texto “Teoria do medalhão”, de Machado de Assis, faz parte da coletânea *Papéis avulsos* e foi publicado inicialmente na *Gazeta de Notícias*¹, em 18 de dezembro de 1881. Na coletânea, que veio a público em 1882, Machado reúne, segundo afirma na advertência, “páginas que parecem meros contos e outras que o não são” (Assis, 1986: 252, v. II)², mas que, apesar disso, poderiam suscitar o interesse do leitor. Entre os textos desprovidos de um enredo, traço fundamental do gênero conto, inclui-se “Teoria do medalhão”, que carece da progressão de ações, desencadeada por um conflito dramático, mas em que se constitui, por meio de um diálogo, a figura do pai de Janjão – personagem privilegiada financeiramente e detentora de uma visão clara dos valores da sociedade burguesa –, e a do próprio Janjão, que é intuída pelo leitor a partir dos comentários do pai.

No diálogo, que ocorre em 1875, o pai assume um tom professoral e instrui o filho sobre o comportamento que deve manifestar para ser bem sucedido na vida. O texto, ao detalhar esse comportamento, centra-se na composição de um tipo social ridículo (Sanseverino, 2020; Bosi et al., 1982), cujos aspectos negativos são realçados como se fossem louváveis, e expressa, de forma caricaturesca e jocosa, o que vem a ser um personagem “medalhão”.

Ao iniciar a admoestação, o pai afirma ser sua mensagem muito importante e manifesta o desejo de que o filho venha a ser “grande e ilustre, ou pelo menos notável” e que se levante “acima da obscuridade comum” (288), recomendando-lhe o “ofício” de medalhão³. Segue, então, com seus ensinamentos, orientando o filho a que “uma vez entrado na carreira”, tenha cuidado com as ideias que vier a desenvolver “para uso próprio ou alheio”, recomendando que o melhor é “não as ter absolutamente” (290).

¹ Conforme John Gledson, Machado de Assis, entre 1881 e 1897, publicou 37 contos na *Gazeta de Notícias*, jornal politicamente independente e cujo fundador e redator-chefe, Ferreira de Araújo, estimulava a publicação de produções literárias de qualidade (Gledson, 2001).

² Todas as referências correlatas ao conto “Teoria do medalhão”, o qual faz parte do volume II, serão identificadas apenas com o número da página, para evitar o acúmulo de informações.

³ As palavras do pai de Janjão equivalem às do pai de Brás Cubas, quando este estimula o filho a seguir a carreira política e casar-se: “Ah! Brejeiro! Contanto que não te deixes ficar aí inútil, obscuro, e triste; não gastei dinheiro, cuidados, empenhos, para te não ver brilhar, como deves, e te convém, e a todos nós; é preciso continuar o nosso nome, continuá-lo e ilustrá-lo ainda mais. [...] Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens. Não estragues as vantagens da tua posição, os teus meios...” (Assis, 1986: 550, v. I).

Considerando que o filho é um indigente mental e que, portanto, tem as condições necessárias ao ofício, o pai esclarece que, entre as qualidades do medalhão, uma é não ter ideias próprias, outra é valer-se de lugares-comuns, fazer gestos triviais e ordinários e reforçar tão somente o que os outros fazem ou são. Em síntese, o texto propõe que a figura do medalhão se sustenta em aparências, situação em que parecer virtuoso sem sê-lo *de facto* é mais eficaz do que sê-lo sem aparentar.

Com efeito, o traço característico do medalhão é não ter ideias próprias, tão só aparentar que as tem. Esse fingimento, assemelha-se, segundo o conselheiro de Janjão, ao do ator que, privado de um dos braços, dissimula o defeito usando artifícios vários. Essa arte da dissimulação deve ser acompanhada “de um regime debilitante” que se consolida com a leitura de “compêndios de retórica”, com a audição de “certos discursos”, com a prática de jogos de cartas e do bilhar, uma vez que “três quartas partes dos habituados do taco partilham as mesmas opiniões do taco” (291). Ensina o pai de Janjão que andar desacompanhado, na solidão, é perigoso, pois o insulamento é uma oficina de ideias, “e o espírito deixado a si mesmo, embora no meio da multidão, pode adquirir uma tal ou qual atividade” (291), o que não convém ao verdadeiro medalhão.

Seguindo em seu receituário, o pai recomenda ao filho que frequente livrarias ou bibliotecas, não para adquirir conceitos e teorias, mas para reduzir o intelecto “à sobriedade, à disciplina, ao equilíbrio comum” (291), já que nesses espaços vai colher as opiniões do vulgo, inteirar-se dos boatos e anedotas da semana, da mais recente calúnia que virou notícia, do cometa que riscou os céus. Essas visitas, insiste o pai, devem ser feitas às claras, para que todos saibam da presença dele nesses lugares de cultura.

O pai ainda esclarece que, quanto ao vocabulário, é necessário que seja “simples, túbio, apoucado” e que o filho deve se restringir a frases feitas para ser um verdadeiro exemplar da classe dos medalhões. Para tanto, pode usar “as locuções convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos” (291), enunciados que substituem o pensamento por sua comodidade e suscitam a graça dos ouvintes. Numa contenda judiciosa, por exemplo, que exige a aplicação fecunda da razão, o pai refere que é preferível ao medalhão sair-se com a frase *Antes das leis, reformemos os costumes!*, do que manifestar uma opinião e aferrar-se a argumentos. A frase simples, abstraída do senso comum, aparentaria dizer algo profundo, de sabedoria inesgotável, mas, na verdade,

apenas resolveria o impasse, acalmando os espíritos por lhes trazer “um jorro súbito de sol” (292).

A representação do medalhão relaciona-se, nesse sentido, com o indivíduo espirituoso que expõe assuntos triviais de forma mirabolante, preza a terminologia científica sem entender as bases da ciência, embora empreenda esforços para mostrar o contrário, busca os benefícios da publicidade e a estima pública, envereda pelas sendas da política, optando por temas metafísicos em seus discursos, isto é, apresentando enunciados pouco claros e mantendo-se nos “limites de uma invejável vulgaridade” (294). Destituído de imaginação, avesso à reflexão filosófica e à originalidade, o medalhão é “pura exterioridade (que vai “da gravidade à gargalhada) de um brilho sem profundidade, sem interioridade alguma” (Sanseverino, 2020: 169).

Essas e outras lições dadas pelo personagem pai ao filho, uma vez aplicadas, serviriam para evitar a obscuridade e dar o triunfo ao futuro medalhão, triunfo que viria a ser gozado ao “som das trompas sagradas” e expresso nos adjetivos de “orações opacas”, pois “o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica”, enquanto “o substantivo é a realidade nua e crua”. Alcançado o reconhecimento público, o filho começaria a sua “fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo” (293).

A classificação da personagem como “ornamento” ou “rótulo” expõe o sarcasmo com que Machado de Assis elabora a figura do medalhão, estendendo-se esse sentimento de repulsa ao modo como avalia os indivíduos que buscam a notoriedade, submetendo-se a um processo de reificação ou de desumanização. Eliminados os apanágios da imaginação, da invenção, da originalidade, da reflexão, que conferem ao indivíduo seus traços singulares de ser humano, restam a aparência, o invólucro, com que se revestem os farsantes da comédia social. Nesse sentido, revela-se a natureza formadora de “Teoria do medalhão”, que transcende as lições do pai de Janjão, para motivar o leitor a refletir sobre o comportamento de indivíduos ou grupos, cuja afirmação social se constitui na ostentação de um aparente poder intelectual, financeiro e/ou político. Igualmente, o texto provoca vínculos com outros textos e presentifica sua correlação com a ideia do brasileiro cordial, que, todavia, não consegue anular a violência que perpassa o contexto social, evidenciando a existência de estereótipos que falseiam a realidade.

A natureza pedagógica de “Teoria do medalhão” permite estabelecer semelhanças entre este texto de Machado de Assis e *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles⁴, e *Resposta à pergunta: “Que é o iluminismo?”*, de Immanuel Kant⁵, apesar de suas diferenças discursivas. Nesses dois textos, uma figura dotada de autoridade faz uso da palavra para dizer às gerações por vir como elas devem proceder para terem uma vida boa e se alçarem à maioria intelectual, à autonomia do pensar, embora, para isso, no texto machadiano, as ações a serem empreendidas sejam inautênticas, apenas exteriores.

Aristóteles escreve a *Ética a Nicômaco*, aparentemente, para instruir seu filho e conduzi-lo a uma vida virtuosa, colocando-se na *mesotes*, a mediania entre extremos, isto é, entre o excesso ou a carência de virtudes. No livro primeiro, o filósofo busca mostrar que toda ação e toda intenção deliberada dirigem-se, ambas, à realização de algum bem ou finalidade e que este bem é a felicidade (*eudaimonia*), que inclui as ideias de bem-viver, bem-estar, dar-se bem e de prosperidade. Portanto, Aristóteles caracteriza a felicidade como uma finalidade buscada por si mesma, uma vez que todas as coisas são realizadas em função dela. Procurando sustentar o argumento de que a felicidade preenche os critérios para ser o bem último, o Estagirita registra que ela “por si só torna a vida desejável e de nada carente” (Aristóteles, 2013: 49). O discípulo de Platão conclui que a felicidade parece ser uma “das coisas mais divinas existentes, pois aquilo que constitui a recompensa e a finalidade da virtude se afigura como sendo a coisa mais excelente além de algo divino e abençoado” (Aristóteles, 2013: 55).

Após mostrar que a felicidade é a melhor, a mais nobre e a mais prazerosa das coisas, o pensador salienta que, para tal, é preciso haver bens externos, como um nascimento em família digna, um corpo perfeito, bons amigos e completa: “a felicidade exige o acréscimo da prosperidade externa, sendo esta a razão de alguns indivíduos

⁴ Conforme o levantamento realizado por Jean-Michel Massa, Machado de Assis tinha a obra *La morale et la politique*, de Aristóteles, em sua biblioteca. Traduzida do grego por M. Thurot, era composta de dois volumes, o primeiro com publicação datada de 1823, e o segundo, de 1824. Cf. Massa (2001). Segundo registro em <https://machadodeassis.net/referencia/aristoteles/6896>, na ficção de Machado há cinco referências a Aristóteles: três em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, romance publicado quinzenalmente em fascículos na *Revista Brasileira* a partir de 15 de março até 15 de dezembro de 1880, sendo lançado em volume no ano seguinte, pela Tipografia Nacional; uma no conto “Sereníssima República”, publicado em 22 de agosto de 1882, em a *Gazeta de Notícias*; e uma em “Vinte Anos! Vinte Anos!”, conto publicado originalmente em *A Estação*, em 15 de julho 1884. Os três textos aproximam-se sob o aspecto temporal, pois são publicados em datas próximas, e também sob o aspecto temático.

⁵ A obra de Immanuel Kant não consta da lista de livros da biblioteca do escritor, levantada por Jean-Michel Massa, mas o filósofo é citado no capítulo LXXX, de Quincas Borba. A ausência da obra de Kant no acervo de Machado não significa, porém, que ele a desconhecesse.

identificá-la com a boa fortuna” (Aristóteles, 2013: 50). Abstraída a relação da felicidade com o plano moral e divino e salientada sua correlação com aspectos materiais e com a inserção do sujeito no contexto social, é possível relacionar o posicionamento de Aristóteles com o do protagonista do texto de Machado. Nesse, o fim último do homem é conquistar o respeito e a admiração social por meio da “arte de representar com desembaraço um certo *status*” (Bosi et al., 1982: 135). Fundamentalmente, no texto machadiano, há um questionamento sobre ser bem sucedido ou sobre ser sábio, condições alicerçadas na aparência; nesse sentido, o alcance do sucesso na vida pública é, sarcasticamente, reduzido, sob o ponto de vista de Machado de Assis, ao convite para participar de comissões e de irmandades. Assim, a visibilidade, conquistada por meio da publicidade de ações e da menção do nome pelos familiares e amigos; os aplausos decorrentes da manifestação de ideias calcadas em frases feitas ou em enunciados sem sentido, expressos por uma verborragia eloquente; a atribuição de sábio ou de filósofo, resultante do uso de termos em circulação da ciência ou da metafísica; o olhar de admiração dos que são incapazes de perceber o real indivíduo encoberto pelos rótulos garantem a felicidade do medalhão. Essa, porém, ao contrário da explicitada por Aristóteles, não resulta da recompensa pela virtude, tampouco se basta a si mesma, precisando ser continuamente estimulada pelos meios que a constituem.

Immanuel Kant, em *Resposta à pergunta: “Que é o iluminismo?”*, opúsculo originalmente publicado em 1784, traz uma admoestação aos homens e mulheres para que, com ousadia, assumam sua maioridade intelectual, buscando constituir pensamentos próprios e autônomos. No texto, o pensador acusa a humanidade de ser incapaz de se valer de ideias próprias, identificando a utilização de preceitos e de fórmulas adotadas acriticamente, o que compara com o mau aproveitamento dos dons naturais. Ao sublinhar que as pessoas vivem presas aos grilhões de uma menoridade intelectual perpétua, condição de que são culpadas, Kant convida-as a se libertarem e desafia-as a se educarem tendo em vista o exercício autônomo da razão e a liberdade de pensamento.

O texto de Kant sugere uma aproximação com “Teoria do medalhão”, tanto sob o ângulo da diferença quanto da semelhança: o pensador alemão convida seu leitor a integrar-se à sociedade a partir da libertação de preceitos e de fórmulas e do investimento na capacidade própria e na autonomia da mente. Ao induzir a busca de

independência intelectual, o texto kantiano distingue-se dos ensinamentos do pai de Janjão, o qual insiste na apropriação de ideias previamente estabelecidas, recomendando, portanto, a mediocridade ao filho e sua dependência do conhecimento de outros. Entretanto, no texto machadiano, o tipo social representado precisa esforçar-se para virar efígie, esforço que inclui a anulação de convicções e de juízos próprios, uma vez que os indivíduos não nascem medalhões: eles se tornam tais. A orientação para a constituição de uma subjetividade ilustre e renomada encontra, assim, eco no posicionamento de Kant para quem a pessoa não nasce autônoma: a independência intelectual resulta de uma conquista, de um esforço diário, cuja finalidade é a autonomia. Consequentemente, tanto a pessoa que atinge a maioridade intelectual quanto o medalhão necessitam submeter-se a “um processo racionalmente organizado em etapas e esferas de atuação” (Sanseverino, 2020: 160).

As correlações com os textos de Aristóteles e de Kant permitem supor que Machado amplia a concepção da figura do medalhão, articulando-a às ideias filosóficas em circulação e não apenas à sua crítica dos processos de inserção e de emergência social. Nesse sentido, o sujeito medalhão, de que Brás Cubas é o modelo acabado, traduz, a partir do olhar satírico do escritor, a imagem de um “cidadão ideal”, cuja mediocridade e inautenticidade são recompensadas pelo contexto (Barreto Filho, 2014), embora, nessa mascarada, ele também seja vítima de um jogo de aparências, ilusões e decepções (Bosi, 2007; Saraiva, 2020).

A denúncia da dissimulação e de um regramento social submisso a aparências encontra-se em inúmeras narrativas machadianas. Por terem sido publicadas no mesmo periódico de “Teoria do medalhão” e em um período de tempo próximo, citam-se, como exemplo, “O espelho” (1882) e “A Sereníssima República” (1882). Augusto Meyer, ao analisar o primeiro conto, diz que “Jacobina somos nós. Botamos a farda e representamos uma paródia do nosso eu autêntico”, acrescentando que isso acontece “não na vida social apenas, [mas também] na vida profunda do espírito, que anda quase sempre fardado”. Eis porque só existiriam almas “exteriores, bovarizadas, mascaradas [...] que só navegam na sabedoria da superfície” (Meyer, 1958: 68).

Em relação ao segundo conto, Regina Zilberman (2019) afirma que Machado de Assis recorre a uma forma alegórica para fazer uma reflexão sobre as práticas eleitorais brasileiras que, mesmo sendo submetidas a alterações para aperfeiçoá-las, não alcançam

legitimidade e confiabilidade. “A Sereníssima República” conta, por meio da voz do cônego Vargas, “a fundação e o desenvolvimento da república das aranhas” (Zilberman, 2019: 165) bem como o processo eleitoral adotado por elas a partir das sugestões do cônego, que deseja que tenham um “governo idôneo”. Para realizar as eleições da república, os nomes dos candidatos são colocados em bolas, e essas dentro de um “saco”, do qual deveriam ser retiradas tantas bolas quanto as necessárias à composição dos cargos. Apesar da clareza e da simplicidade do sistema, logo aparecem fraudes, e modificações são feitas no saco e nas bolas, iniciativas inúteis, visto que os candidatos não são honestos, e os partidos não possuem um verdadeiro ideário, restringindo-se em apregoar suas qualidades e apontar os defeitos dos adversários. A natureza alegórica do conto deixa seu direcionamento explícito e traduz a crítica de Machado ao processo de votação no Brasil e à falta de escrúpulos dos indivíduos. Zilberman sintetiza o posicionamento do escritor, afirmando que “Machado avança na sua crítica, ao condenar um comportamento que não se emenda por meio de mudanças, menos ou mais profundas, da legislação. Como as modificações não afetam o modo de ser dos indivíduos que aplicam a lei, acabam por reduzir-se a protocolos e aparências (Zilberman, 2019: 171).

“A Sereníssima República” integra-se aos contos “O espelho” e “Teoria do medalhão” pela intencionalidade que lhes é comum: desnudar a prática social da valorização das aparências, os artifícios de dissimulação dos indivíduos, a inoperância das leis diante da falta de moralidade dos indivíduos e seu descomprometimento com o contexto social. Esses aspectos, reelaborados pela ficção, fazem parte das reflexões do escritor na década de 1880 e encontram, na representação da figura do medalhão, sua configuração mais mordaz.

O medalhão e a cordialidade

A dependência intelectual, o uso superlativo da linguagem, o caráter contemporizador, a notoriedade, a ostentação de méritos, ainda que aparentes, são marcas distintivas do tipo social delineado por Machado de Assis. Esse tipo sugere um paralelo com o homem cordial, apresentado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, que se caracteriza pela insubordinação à disciplina do trabalho, pela apatia e

pela indiferença quanto ao que se passa no entorno e que, como Brás Cubas, tem amor às aparências rutilantes, ao arruído e deseja comandar e ser obedecido.

Parecer grande e ilustre, ou pelo menos notável, eis o lema do medalhão, mas também do homem cordial, em quem a ênfase na aparência se reúne à cordialidade. O termo cordial provém do latim *cor*, *cordis* e refere-se ao afeto que provém do coração, remetendo à ideia de afabilidade. Segundo Holanda, o termo sugere o temperamento do cidadão médio brasileiro, que se caracterizaria pela gentileza, pela bondade natural, pela cordialidade, em suma. O homem cordial vive sob o véu da aparência e da superfície e sua polidez é a “organização da defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica, do indivíduo, podendo mesmo servir [...] de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitiria a cada qual preservar inatas suas sensibilidades e suas emoções” (Holanda, 1995: 147), com o que o pensador dá a entender que o brasileiro repudia a racionalização da vida moderna nos moldes da lógica capitalista.

Símbolo do brasileiro, o indivíduo cordial satisfaz-se na imediatez e não internaliza a ordem e a disciplina laboral moderna. Não se individualiza nem consegue “estabelecer relações impessoais dentro de princípios abstratos e racionais, por isso a dificuldade da produção industrial e da democracia moderna” (Sanseverino, 2020: 172). No tempo-espço de Machado de Assis, o medalhão espera que o reconhecimento social aconteça por seu valor de face, pelos títulos e pelo que reluz, pela aparência; no tempo-espço analisado por Buarque de Holanda, que visualiza as origens do Brasil interligando-as à Península Ibérica, sobressai o personalismo do indivíduo, que se relaciona com a sobrançeria, com o desejo de superar o outro, de ficar sobre, de comandar e de ser obedecido. A esse traço, Holanda acresce o da cordialidade, a partir da qual teria se instalado, em solo brasileiro, uma tendência para borrar fronteiras de natureza racial, econômica, política ou social. Essa diluição de fronteiras podia ser constatada na miscigenação racial e na incorporação de hábitos dos nativos e dos escravos pelos colonizadores.

Consequentemente, da mestiçagem entre portugueses, negros e índios, surgiu o brasileiro, cuja maior contribuição

[...] para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definitivo do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que

permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. (Holanda, 1956: 210)

As características do homem cordial, que é orgulhoso e autoritário, mas, simultaneamente, pacífico e gentil, permitem aproximá-lo do sujeito medalhão de Machado de Assis. Além disso, ele se iguala àquele pela indiferença moral diante da vida, manifestada no ensinamento do pai de Janjão: não há que lastimar nem rogar, mas “aceitar as cousas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros”. Com efeito, o ofício de ser medalhão é aconselhado ao filho para que este se acautele na vida, dada a possibilidade de que os demais ofícios falhem ou “não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição” (289).

Em ambos os tipos sociais, revela-se um jogo sustentado por aparências e superficialidades, que, entretanto, remetem às contradições do contexto social brasileiro: enquanto em “Teoria do medalhão” se desenha a representação do século 19, em que o Império se afirmava como liberal, embora sua estrutura econômica se sustentasse no trabalho escravo, em *Raízes do Brasil*, publicado originalmente como um ensaio em 1936, registra-se um Estado-nação que vinha sendo construído sobre disparidades sociais, mas que eram mitigadas pela ideia de uma cordialidade inata.

Em face dela, Alfredo Bosi afirma ser necessário rever esse processo colonizador que, embasado na semelhança, teria estabelecido a solidariedade entre os sujeitos envolvidos. Para o estudioso, “o máximo que se poderia afirmar é que o colonizador tirou para si bom proveito da sua relação com o índio e com o negro” (Bosi, 1992: 28), ou seja, a assimilação de hábitos dos nativos ou dos escravos pelos senhores de engenho ou bandeirantes só ocorreu na medida em que satisfazia – sexual ou economicamente – a esses. A miscigenação não era, pois, indício de “generosidade social”, mas um expediente para saciar a libido do branco, assim como uma possibilidade de gerar mais escravos para o trabalho.

Referindo a importância do estudo de Buarque de Holanda, de Gilberto Freire e de outros intelectuais, em *Cultura brasileira ou cultura republicana?*, Carlos Guilherme Mota (1990) afirma que, na década de 1930, houve um período de redescoberta do país, de sua história. Desvelaram-se o seu traço mestiço, as suas lutas de classes, as mentalidades cambiantes e o rompimento entre a linhagem positivista e a visão estamental escravista. Para o autor, é no Estado Novo (1937-1945) que se gesta

um Brasil moderno, embora subdesenvolvido e, mais tarde, dependente. Entretanto, o historiador assinala que a noção aí forjada de cultura brasileira fabricou um modo de dissolver as contradições reais do Brasil, encobrendo os problemas coletivos da nação.

Nesse sentido, legitima-se a leitura de “Teoria do Medalhão” em correlação com *Raízes do Brasil*, pois a contraposição elucida aspectos do contexto social representado e suas contradições: esses aspectos são desnudados pela ironia mordaz do texto de Machado ou apreendidas no desdobramento dos sentidos do texto de Buarque de Holanda. Paralelamente, “Teoria do Medalhão” provoca a reflexão sobre o comportamento humano na contemporaneidade, seja para melhor compreender as estratégias de dissimulação de uma sociedade de aparências, expressas nas figuras medalhão e nos homens cordiais, seja para denunciar as contradições que regem a vida social.

Conclusão

Na visão de Antonio Candido, Machado de Assis “recobria os seus livros com a cutícula do respeito humano e das boas maneiras para poder, debaixo dela, desmascarar, investigar, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade, expor algumas das componentes mais esquisitas da personalidade” (Candido, 1995: 18). A afirmação ajusta-se ao texto “Teoria do medalhão”, em que o uso da palavra configura uma prosa sarcástica e sóbria (Bosi et al., 1982), encetada em forma de diálogo de um pai, que, na ocasião em que o filho alcança a maioridade, aconselha-o sobre a vida e a carreira profissional. A figura paterna manifesta-se como se dispusesse as cláusulas de um testamento, visando deixar um legado ao filho, por meio do qual ele venha a alcançar a realização pessoal. A criação literária de Machado de Assis transpõe, porém, a circunstância da admoestação paterna, para sintetizar um tipo social de brasileiro (Sanseverino, 2020).

Esse tipo social, que se refere a membros da elite nacional da segunda metade do século 19, mostra-se, porém, presente no Brasil contemporâneo, o que torna o texto de Machado de Assis atual e pungente, visto que o autor registrou, textual e literariamente, um dos traços constantes da brasilidade. Por décadas, a tópica da “cultura brasileira” ocupou estudiosos em busca de seu desvelamento, e, visando à dissolução das contradições sociais reais, houve ideólogos que elaboraram uma “noção abrangente e

harmoniosa de cultura [para encobrir as] disparidades sociais, econômicas, étnicas” (Mota, 1990: 25).

O presente artigo articulou o texto machadiano a reflexões presentes em *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, e em *Resposta à pergunta: “Que é o iluminismo?”*, de Kant, com o intuito de aproximar a representação do tipo social brasileiro de “Teoria do medalhão” com a construção histórica de uma identidade nacional por parte de pensadores – sociólogos, antropólogos e historiadores – que culmina na ideia de um país formado por cidadãos cordiais, gentis, de bons modos (Holanda, 1995), em que não há preconceitos, um país em que práticas racistas e outros males sociais não vigoram, um país cujas contradições sociais são dissolvidas pacificamente.

Entretanto, os tipos do medalhão e do homem cordial proliferam no cotidiano dos brasileiros, exibem títulos e cargos, preenchem as telas dos veículos de comunicação, apregoam lições de ética e de moralidade sem temer que sua falsa imagem seja desfeita pelas ondas cibernéticas, contabilizam aos milhares o número de seguidores em redes sociais, todos eles sedentos de visibilidade e dominados pela ânsia de construir uma imagem publicamente reconhecida e louvada. Paralelamente, as contradições inerentes às estruturas de uma sociedade marcada pelo desrespeito aos direitos dos cidadãos somam-se a casos concretos advindos de líderes de variados campos, e indivíduos podem ser citados em *contradictio in adjecto*: cristãos defendendo o fuzilamento do próximo, apoiando admiradores de torturadores, chamando aqueles de defensores dos valores da família, embora a vida pública os contradiga com casamentos múltiplos, parcerias duvidosas, flertes com a formação de quadrilhas. Nesse *continuum* de negação e zombaria explícito, o cidadão comum vê-se diante de embates em que a saúde pública, em tempo de pandemia, é pretexto para alcançar visibilidade e reconhecimento.

Faz-se presente também o uso constante de jargões, fórmulas verbais de fácil apreensão, que substancialmente nada dizem. É o discurso voltado à massa, com fins eleitoreiros ou em busca de aprovação, que não promove um debate racional. Não é difícil encontrar figuras públicas proferindo frases equivalentes às do medalhão: “antes das leis, reformemos os costumes!”, pois, na era da informação, em que as relações se liquefazem (Bauman, 2001), aprofundar-se não é preciso, mas tocar os corações é

imperativo para cativar os indivíduos. Daí, as identidades políticas, por exemplo, vistas de modo genérico, serem quase risíveis.

A criação de Machado de Assis, ao incorporar uma mascarada que poderia ser cômica caso não beirasse o trágico, parece condensar o Brasil contemporâneo, em que a ostentação dos medalhões, a aceitação de sua falsa imagem e a valorização da cordialidade do homem médio confluem para o silenciamento dos problemas da nação.

TRABALHOS CITADOS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Bauru: Edipro, 2013. Livro I.

ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986. v. 1. p. 511-639.

ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1986. v. 2. p. 288-295.

BARRETO FILHO, José. *Introdução a Machado de Assis e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 15-32.

GLEDSON, John. Os contos de Machado de Assis: “O Machete” e “O Violoncelo”. In: GLEDSON, John. *Contos: Uma antologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v.I. p. 15-55.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: “Que é o iluminismo?”* (1784). Trad. de Artur Morão. Disponível em: <https://bit.ly/3HXadac>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MASSA, Jean-Michel. A biblioteca de Machado de Assis. In: JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001. p. 21- 90.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis: 1935-1958*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura brasileira ou cultura republicana? *Estudos Avançados* [S. l.], v. 4, n. 8, p. 19-38, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3amjGck>. Acesso em: 5 out. 2020.

SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira. Medalhão: profissão sem trabalho. In: SARAIVA, Juracy Assmann; ZILBERMAN, Regina. *Machado de Assis: intérprete da sociedade brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 157-174.

SARAIVA, Juracy Assmann. Teatralidade: diálogo entre arte e vida. In: SARAIVA, Juracy Assmann; ZILBERMAN, Regina. *Machado de Assis: intérprete da sociedade brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 25-43.

ZILBERMAN, Regina. A Sereníssima República. In: SARAIVA, Juracy Assmann; ZILBERMAN, Regina. *Machado de Assis: ficção, história e manifestações sociais*. São Leopoldo: Oikos, 2019.

Juracy Assmann Saraiva é Doutora em Teoria Literária pela PUC/RS, professora e pesquisadora na Universidade Feevale, bolsista em produtividade do CNPq. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1783-2850>. Email: juracy@feevale.br.

Isaque Gomes Correa é Mestre em Processos e Manifestações Culturais, pela Universidade Feevale. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7761-3516>. Email: isaque.correa@gmail.com.

Artigo recebido em 18/02/2022. Aprovado em 10/03/2022.